

O horizonte ético do dever-ser como possibilidade para se pensar o humano em Immanuel Kant

Angelo José Salvador*

Resumo: O presente trabalho apresenta a filosofia moral de Immanuel Kant como horizonte para se pensar o humanismo. Ao contrário de uma ética pré-estabelecida o ser humano é pensado em sua liberdade e irrenunciável tarefa de se autoconstruir. Nesse sentido, a moral é o lugar do dever ser onde o homem se constrói tendo sempre a si e o outro como fim último da ação.

Palavras-chave: *Moral, autonomia, imperativo categórico, dever-ser, autolegislação.*

1 A moral kantiana

A contribuição da filosofia kantiana para o pensamento ocidental não impacta apenas a epistemologia, mas também na filosofia moral. O filósofo não é sensível apenas à Revolução Científica que está eclodindo em todos os campos do saber, mas entende que é imperativo à moral não recorrer mais à teologia para se fundamentar e muito menos na cosmologia grega; vale lembrar que nem mesmo a reflexão utilitarista não atende à teoria ética de Kant para pensar o humano em perspectiva da ética.

Qual seria então a proposta de Immanuel Kant? Segundo ele o exame crítico da razão prática conduz a uma nova fundamentação da moral partindo-se do princípio de que a razão prática nada mais é do que a razão pura. Ela é exercida num viés teórico ou prático (cf. *KrV B 836*). Quando se ultrapassam os sentidos pelo uso do conhecimento, o uso da razão é teórico – modalidade utilizada pelas ciências. Quando se pensa o sujeito em seu horizonte moral seu uso é prático.

A razão prática é a capacidade de sobrepujar os móveis sensíveis e escolher, diante de uma determinada situação, qual é a ação que está de acordo com o mandamento moral. É válido ressaltar que na *Crítica da razão pura*, Kant inicia um debate sobre a possibilidade do exercício da liberdade, por meio da razão. O sujeito tem a capacidade de agir na medida em que escolhe e rompe a série causal fenomênica. É fato que Kant não ignora a presença de

* Professor de filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: salvadorangelo65@gmail.com. Mestre em filosofia da religião pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte.

impulsos sensíveis na tomada de decisão. Tendo consciência dessa inegável influência, o filósofo argumenta que o ser humano é capaz de se elevar acima dos fenômenos e representar para si suas próprias leis.

Kant não levanta o dedo indicador, mas fala sobriamente uma linguagem cognitiva e não uma linguagem normativa. Em oposição a um moralizador precipitado, ele começa com um fenômeno moralmente neutro, a faculdade não de agir segundo as leis da natureza previamente dadas, mas de representar a si mesmo leis, por exemplo, relações meio-fim, de reconhecer as leis representadas como princípios e agir segundo eles (HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, p.188).

A filosofia moral, segundo Kant, não faz parte de uma instância humana que diz respeito a decisões que estão restritas ao particular. Do mesmo modo que a ciência reivindica validade universal, também o campo da ação – a moral ou moralidade – exige o mesmo estatuto de universalidade. Em outras palavras, a moralidade não está condicionada ao âmbito do particular ou simplesmente àquilo que é útil a uma maioria, mas a uma ação moral que possa ser elevada sempre a um patamar de universalidade.

Mas como querer que a moral, esse campo tão específico da ação humana, torne-se lei universal? É preciso então, segundo o filósofo, que ela tenha validade objetiva, assim como a ciência. Todavia, se o ser humano é constituído de inclinações sensíveis, em outras palavras, se ele é afetado por uma gama infinita de aspectos do mundo externo e também de seu mundo interno, como tentar agir de outro modo? Esse problema é tão pertinente que a própria história testemunha diversos modos de se garantir ao campo do agir certa estabilidade. O fundamento da moral sempre foi buscado em algo fora do homem: na ordem do cosmo, na comunidade e mesmo na vontade de um ser transcendente. No entanto, não há outro fundamento que possa elevar a moral a um estatuto de universalidade e objetividade?

2 A moral clássica e a proposta kantiana

A *Crítica da razão prática* e a *Fundamentação da metafísica dos costumes* provocaram, no pensamento ocidental, impacto similar àquele obtido pela *Crítica da razão pura*. Para dimensionar esse novo paradigma é necessário abordar três visões éticas às quais a filosofia moral kantiana se opõe: 1º) o *cosmológico-ético*; 2º) o *teológico-ético* e 3º) o *utilitarismo*. Na visão kantista é impossível conciliar essas tendências éticas com o dever e é sob essa ótica que elas serão analisadas.

3 O fim do cosmológico-ético

O mundo moderno é uma ruptura com a visão de mundo dos antigos em que o cosmo era a priori harmônico. Kant se instala justamente na ruptura com esse pensamento e tenta fundamentar o agir a partir de uma nova perspectiva. A ciência moderna entende o mundo segundo a lógica das relações de força e choques entre os elementos. A partir disso, tentar erigi-lo como modelo vai de encontro à tentativa de estabelecer uma ética de igualdade entre as pessoas, uma vez que nele predominaria o domínio do mais forte sobre o mais fraco.

A natureza não é mais o modelo para o agir moral, por isso é fundamental pensar um humanismo que supere esse cosmo despótico. A luta contra a natureza passa a ser o objetivo fundamental de uma nova possibilidade para o estabelecimento da moral humanista kantiana. Ferry elucida essa nova compreensão:

Nessas condições, agir moralmente já não é seguir o ensinamento da natureza, e sim opor-se a ela sob todos seus aspectos: fora de nós, para combater seus efeitos maléficos sobre a existência humana – por exemplo, as catástrofes naturais – e dentro de nós, onde agora ela aparece sob a forma do reino dos interesses particulares, dos pendores inelutáveis ao egocentrismo e até mesmo ao egoísmo. Se toda moral é, de certo modo, altruísta, voltada para a preocupação com os outros, então não é mais na natureza que ela pode se fundar, mas no homem, uma vez que ele aparece não mais totalmente integrado à natureza, mas, ao contrário, como o ser antinatural por excelência (FERRY, Luc. *Kant: uma leitura das três críticas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2012, p. 75).

Outro conceito importante que surge nesse contexto filosófico é o de *igualdade*. O mundo antigo é caracterizado pela hierarquia, um mundo aristocrático e holístico, pois nele o todo é mais importante do que as partes. Em contrapartida, “o universo dos modernos será – ao menos em princípio, para não dizer de fato – um mundo da igualdade, da democracia e do individualismo” (FERRY, 2012, p. 79). Com a fragmentação do cosmo antigo, o conceito aristocrático de natureza cede espaço para o de igualdade na medida em que a ordem e a hierarquia deixaram de existir.

Como já foi visto, o conceito antigo de virtude se baseia na acomodação do ser àquilo que ele realmente é; no dizer de Aristóteles, é uma passagem do ato à potência. O que já está contido no sujeito deve ser manifesto para que encontre seu lugar na ordem natural das coisas. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles expressa seu pensamento a respeito da virtude:

Observemos, pois, que toda virtude ou excelência não só coloca em boa condição a coisa de que é a excelência como também faz com que a função dessa coisa seja bem desempenhada. Por exemplo, a excelência do olho torna bons tanto o

olho como a sua função, pois é graças à excelência do olho que vemos bem. Analogamente, a excelência de um cavalo tanto o torna bom em si mesmo como bom na corrida, em carregar o seu cavaleiro e em aguardar de pé firme o ataque do inimigo. Portanto, se isto vale para todos os casos, a virtude do homem também será a disposição de caráter que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 72).

Nessa visão de mundo, o virtuoso é aquele que desempenha a tarefa para a qual está destinado. Portanto, diante do desmoronamento dessa ética holística, como encontrar um novo fundamento para o agir? Existe uma finalidade na ação moral? É possível pensar um novo humanismo que dê conta dessa ruptura?

4 O ocaso da moral teológica

É difícil sustentar que Kant não fosse cristão e em muitos pontos, sua moral é devedora da teologia cristã. Até mesmo os Direitos Humanos também são herança dessa tradição. Entretanto, isso não significa que o filósofo apenas secularizou as ideias do cristianismo e as domesticou para serem enquadradas em sua filosofia moral. Ele promove uma ruptura radical entre moral e religião, à diferença de Descartes, que ainda não havia chegado a tão acentuada divisão (cf. FERRY, 2012, p. 81).

No século XVII a metafísica ainda pensa o homem inserido no horizonte do Deus criador e salvador. Deus é garantia de uma conduta moralmente correta e, por último, salva aqueles que agiram segundo sua vontade. “Essa perspectiva, na qual Deus vem lógica, moral e metafisicamente antes do homem, ainda se harmoniza com o que podemos chamar de ‘teológico-ético’, ou seja, a fundação da moral sobre a religião” (FERRY, 2012, p. 81-82).

Esse modo de compreender o homem será alvo de intenso questionamento por parte do filósofo de Königsberg. O pensamento moral de Kant estabelece que é inadequado que a moral se fundamente numa religião revelada. Para ele é no ser humano, em sua racionalidade e, acima de tudo, na liberdade que lhe confere dignidade que é preciso construir os princípios do respeito ao outro, e não no medo ou na esperança da vida eterna pregados pela religião (cf. KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária, 2016, p. 17).

A crítica pode ser assim resumida: se o homem é capaz, por meio de sua própria conduta, de chegar espontaneamente ao conteúdo do ensinamento cristão, Deus perde totalmente seu papel na gestão da moral. Apesar dessa

conclusão fazer sentido os filósofos iluministas não se compreendiam como ateus. Na verdade, estavam certos de que haviam chegado à plenitude da mensagem cristã. Com efeito, e até hoje, a mensagem cristã é o pano de fundo das morais laicas (cf. FERRY, 2012, p. 83). Como mostra Ferry, para a mentalidade iluminista,

Sem desaparecer, o conteúdo da teologia cristã não vem mais *antes* da ética, para fundá-la em verdade, mas *depois* dela, para dar-lhe um sentido. O homem já não pode recorrer a Deus para compreender que deve respeitar o outro, tratá-lo como fim, e não apenas como meio. Desse modo, o ateísmo e a moral podem ser reconciliados. Mas a referência ao divino, a essa ideia de um Deus do qual Lévinas, fiel a essa tradição das Luzes, dirá que “vem a nosso espírito”, tampouco desvanece. Ao contrário, ela subsiste por razões fundamentais. Por assim dizer, vem conferir um sentido ao fato de respeitar a lei, acrescentar a esperança ao dever, o amor ao respeito, o elemento cristão ao elemento judaico (FERRY, 2012, p. 83).

Todavia, mesmo admitindo esse horizonte cristão, Kant estabelece o teísmo como a única possibilidade para conciliar a autonomia humana. Não é Deus que vai ao encontro do homem e sim o contrário. Diante disso, dois pontos precisam ser ressaltados para que se entenda, com maior precisão, o fim do teológico-ético. O primeiro deles é que a dignidade humana é suficiente para fundamentar a moral, pois o ser humano é fim em si mesmo. Para isso não é preciso recorrer ao divino ou a uma ordem preestabelecida. O segundo ponto é que, se pautada pelas promessas religiosas de recompensas ou castigos futuros, a moral se corrompe, perdendo sua validade fundamental que é o agir virtuoso, ou seja, desinteressado.

5 A crítica ao utilitarismo

A crise que eclodiu com a queda da antiga visão de mundo proporcionou uma reviravolta em todos os aspectos da vida humana. De fato, cada mudança faz emergir questões que logo cedem espaço a possíveis respostas. O utilitarismo – ao lado da proposta de Kant que dará origem ao republicanismo – é uma dessas tentativas de construir uma nova perspectiva sobre as ruínas da moral cosmológica e ético-teológica. O principal teórico do utilitarismo é o inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Eis uma passagem de Bentham que sintetiza sua tese utilitarista:

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo a qualquer ação, com o que tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particularmente, mas também de qualquer ato ou

medida de governo (BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 4).

Todavia, antes de aprofundar a teoria utilitarista, outro debate corre paralelamente ao da busca por um novo fundamento para o agir moral. Tal questão diz respeito à diferença entre o homem e o animal. Se a dignidade humana não provém mais do cosmo nem de Deus, surge então a necessidade de ressaltar a diferença entre o homem e o animal a fim de identificar a singularidade do primeiro.

O kantismo e o utilitarismo se lançarão na empreitada de dar respostas a essa questão e se separarão radicalmente de modo que essas duas tendências são, ainda hoje, as principais correntes da filosofia moral. O passo seguinte será apresentar as principais linhas dessas duas perspectivas filosóficas e o que elas trazem de novo sobre a compreensão da dignidade humana.

Ao contrário do que muitos pensam, o utilitarismo não é uma apologia ao egoísmo e, sim, ao altruísmo. É uma moral que se preocupa com o bem de todos. Sua teoria se fundamenta na *boa ação*, ou seja, na tentativa de que uma ação realize o bem – ou a maior felicidade possível - ao maior número de seres. Quando acontece essa situação há uma “boa ação”. Vale lembrar que essa boa ação não repercute apenas nos homens e sim em qualquer ser vivo. O único critério moral que é levado em consideração é a capacidade de sentir prazer ou dor.

Esses dois princípios são avaliados com muita cautela pelos utilitaristas, trata-se de um difícil cálculo de prazer e dor. Além disso, a perspectiva utilitarista somente sobrevive se a democracia se desenvolve satisfatoriamente de modo que os homens, as mulheres e os demais seres vivos entrem na esfera do direito.

6 A virtude como ação desinteressada e a universalidade da ação

Kant empreenderá uma reflexão moral que estabelece dois núcleos básicos fundados sob a liberdade: a universalidade e a ação desinteressada. Esses dois fundamentos serão explicitados na *Crítica da razão prática* e na *Metafísica dos costumes*. Mesmo que de forma bastante introdutória, logo no início da *Metafísica dos costumes*, o filósofo já oferece elementos para se pensar o segundo ponto:

Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma **boa vontade**. Discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar e como quer que possam chamar-se os demais *talentos* do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do *temperamento*, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama *caráter*, não for boa. O mesmo acontece com os *dons da fortuna*. Poder, riqueza, honra, mesmo a saúde, e todo o bem-estar e contentamento com a sua sorte, sob o nome de *felicidade*, dão ânimo que muitas vezes por isso mesmo desanda em soberba, se não existir também a boa vontade que corrija a sua influência sobre a alma e juntamente todo o princípio de agir e lhe dê utilidade geral; isto sem mencionar o fato de um espectador razoável e imparcial, em face da prosperidade ininterrupta dum pessoa a quem não adorna nenhum traço dum pura e boa vontade, nunca poderá sentir satisfação, e assim a boa vontade parece constituir a condição indispensável do próprio fato de sermos dignos da felicidade (KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 109).

Esta passagem define fundamentalmente o novo conceito de virtude proposto por Kant. Diferentemente da aristocracia que pensava a virtude de acordo com os dons naturais recebidos, ou as cosmologias antigas que trabalhavam o tema da virtude segundo uma ordem preestabelecida ou mesmo os naturalistas que propõem a felicidade como o maior bem, a moral kantiana – na linha da antropologia rousseauniana – estabelece a boa vontade, que se dá no campo da liberdade, como virtude. É no uso dos talentos ou das vantagens recebidas durante a vida que se estabelece a virtude. Enfim, “[...] para pensar realmente a moral, é necessário abrir espaço à ideia de liberdade, à noção de escolha, à possibilidade para o ser humano de subtrair-se à lógica natural dos egoísmos” (FERRY, 2012, p. 100).

A virtude em Kant – pressupondo a liberdade que possibilita ao homem se elevar acima do mundo fenomênico – possui esse caráter desinteressado e universal. É desinteressada, pois, rompendo as barreiras de uma natureza egoísta, é antinatural e isso a constitui como boa vontade. É também universal de modo que pensa o bem comum, o interesse geral e não apenas o indivíduo.

Como foi apresentado, as cosmologias antigas pensavam a virtude como conformação do agente àquilo que lhe é dado. Por exemplo, para Aristóteles o virtuoso é aquele que atualiza aquilo que já está nele potencialmente. É uma passagem da potência ao ato. Para os filósofos da liberdade, em especial Kant, o elemento da liberdade é o grande diferencial. O ser humano é inacabado e não está programado para ser isso ou aquilo. Ele pode ir contra a ordem natural, rebelar-se, contrariar as expectativas. Se a

natureza é inclinada à preservação de si mesma – ela é egoísta – cabe ao homem lutar livremente contra esta tendência.

Todo ser humano possui a mesma dignidade perante todos e ninguém está autorizado a deturpá-la. Quanto a isso Kant afirma na *Fundamentação da metafísica dos costumes*:

E o que é então que autoriza a intenção moralmente boa ou a virtude a fazer tão altas exigências? Nada menos do que a possibilidade que proporciona ao ser racional de *participar na legislação universal*, tornando-se por este meio apto a ser membro de um possível reino dos fins, para que estava já destinado pela sua própria natureza como fim em si e, exatamente por isso, como legislador no reino dos fins, como livre a respeito de todas as leis da natureza, obedecendo somente àquelas que ele mesmo se dá segundo as quais as suas máximas podem pertencer a uma legislação universal – à qual ele simultaneamente se submete. Pois coisa alguma tem outro valor senão aquele que a lei lhe confere. A própria legislação, porém, que determina todo o valor, tem que ter exatamente por isso uma dignidade, quer dizer, um valor incondicional, incomparável, cuja avaliação, que qualquer ser racional sobre ele faça, só a palavra *respeito* pode exprimir convenientemente. *Autonomia* é pois o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional (KANT, 1984, p. 141, grifo do autor).

A reflexão contida nessa passagem tem implicações não apenas voltadas ao indivíduo, mas também ao plano político. A *res publica* não é mais o espaço onde os sujeitos devem encontrar seu lugar e se adequar a ele. Na Antiguidade, o ferreiro e o filósofo têm lugares diferentes nessa *res publica*. Agora, porém, a situação é outra: o espaço público, onde as relações pacíficas e a mútua colaboração são possíveis, é compartilhado universalmente, de modo que todos possuem a mesma dignidade, não importando sua condição social (cf. FERRY, 2012, p. 102).

O tema do desinteresse no agir foi suficientemente fundamentado, agora cabe tratar do outro aspecto constitutivo do agir moral: a universalidade. Para se viver de modo humano é imperativo que todos tenham seu espaço para uma vida digna. Como foi visto, o ser humano é um fim em si mesmo e isso constitui o novo *modus vivendi* das relações humanas. O bem não está atrelado a questões familiares, étnicas ou partidárias. Sem dúvida, essas dimensões da vida humana não são excluídas, mas antes de pensar nelas é preciso lançar um olhar que contemple o todo das relações.

Se a pessoas fossem guiadas pela natureza, o bem comum seria o último a ser realmente pensado e se eventualmente fosse efetivado, seria apenas quando contribuísse para o bem próprio. Por outro lado, a liberdade faz parte do aspecto universal da moral. A liberdade possibilita o afastamento do eu egoístico e dessa forma, o ser humano é capaz de pensar no outro, ou seja, de elevar sua ação particular sempre na perspectiva da universalidade.

Liberdade, virtude da ação desinteressada, preocupação com o interesse geral: no final, eis, portanto, as três palavras-chave que definem as morais modernas do

dever – “do dever”, justamente, porque às vezes quando necessário - felizmente nem sempre! – elas nos ordenam uma resistência e até mesmo um combate contra a naturalidade ou a animalidade em nós. E mesmo o hedonista não pode negar que é preciso, em certos casos, dar provas de coragem e que esta última, em seu íntimo, nada mais é do que uma resistência da liberdade em relação à natureza! Dito isso, novamente medimos o quanto essa definição da virtude encontra-se doravante bem longe daquela dos gregos (FERRY, 2012, p. 104).

Se internamente uma ação é realizada sem interesse, qual é o seu objetivo afinal? A boa vontade estabelece o limite entre moralidade e legalidade. A boa vontade se identifica com uma vontade desinteressada. Não é suficiente dizer que uma ação deve ser desinteressada se o seu objetivo é desconhecido. Parece contraditório apresentar tal questão, devido ao fato de a moral kantista não visar, aparentemente, a nenhuma finalidade. É tarefa, a partir de agora, explicar essa questão segundo a ótica do imperativo categórico.

7 O Imperativo categórico

Com o imperativo categórico, Kant apresenta uma fórmula para o ajuizamento da moralidade. O imperativo categórico é um dever-ser, ou seja, o momento em que o ser humano é capaz de quebrar a lógica natural dos meios e se esforçar para agir conforme os fins. O objetivo é a finalidade da ação – o universal – e não aquilo que está voltado apenas para o próprio sujeito. A objetividade kantiana é aquilo que permite ao sujeito sair de seu egoísmo – de seu estado natural - e se lançar ao universal. O imperativo categórico é, assim, estabelecido em duplo sentido: almeja o universal sempre baseando a ação não nos meios, mas nos fins. Portanto, *finalidade* e *universalidade* constituem os dois fundamentos do imperativo (cf. KANT, 1984, p. 124).

O imperativo moral é aquele que representa uma ação como objetivamente necessária por si mesma. Este imperativo recebe o nome de categórico, pois não se relaciona com o conteúdo sensível da ação nem com seu resultado, mas apenas com o princípio e a forma da qual deriva independentemente do resultado (*Ibidem.*, p. 124-125).

No imperativo categórico o objeto da ação se impõe de maneira absoluta e objetiva e, por isso, não diz respeito a este ou aquele desejo. Esses fins se expressam na forma de uma lei universal válida em todos os tempos e para todas as pessoas – ou para todo ente racional. A prova: o outro jamais pode ser instrumentalizado, pois é um fim em si mesmo, ainda que isso vá de encontro aos desejos pessoais.

Conclusão

Enfim, o mais fundamental nessa breve reflexão é que para Kant o sujeito não tem seu *ser* constituído *a priori*, mas é *dever-ser*, ou seja, ele é autônomo para edificar-se e é nisso que constitui seu humanismo. Essa construção se estabelece com o outro por meio da vida moral. Nesse aspecto, a moralidade é onde essa dimensão do *dever-ser* se manifesta, pois o ser humano tem condição de possibilidade de fazer uso de sua liberdade e se autolegislar.

O humanismo kantiano antecipa as reflexões de Sartre no que diz respeito à liberdade. Apesar da desconfiança do presente na capacidade do humano de exercer sua autonomia o debate kantiano continua salutar em nossos tempos. Pessoas, grupos, sociedades sempre querem apresentar soluções prontas para dizer o que se deve fazer.

Kant não pensa dessa maneira, pois sua filosofia está alicerçada no *dever-ser*, ou seja, no contínuo exercício da escolha que rompe barreiras, que põe em crise conceitos petrificados pela tradição. Em um mundo sedento pela servidão voluntária – Étienne de La Boétie – o filósofo de Königsberg conclama àquilo que há de mais digno, ou seja, a possibilidade de construirmos nosso caminho, eis o humanismo proposto por Immanuel Kant.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FERRY, Luc. *Kant: uma leitura das três críticas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. De Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015).

_____. *Crítica da razão prática*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária, 2016 (Coleção Pensamento Humano).

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.